

**Edital - Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021**

**ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (modelo)**

\_\_\_\_\_, (nome da licitante) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, para os fins de participação no Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021, apresenta a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição	Unid. de Medida	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor de Total R\$ (24 meses)
<b>Grupo 1: ALF/Foz do Iguaçu e DRF/Cascavel</b>					
1	Secretária executiva	Posto x Mês	24		
2	Técnico em secretariado	Posto x Mês	96		
3	Recepcionista	Posto x Mês	424		
4	Auxiliar de escritório	Posto x Mês	768		
5	Carregador	Posto x Mês	624		
6	Carregador	Hora x Mês	9.600		
7	Conferente	Posto x Mês	576		
8	Operador de empilhadeira	Posto x Mês	144		
9	Motorista – categoria E	Posto x Mês	168		
10	Motorista – categoria C	Posto x Mês	48		
11	Motorista – categoria E	Hora x Mês	2.400		
12	Supervisor de serviços	Posto x Mês	48		
13	Copeira – 8 horas/dia	Posto x Mês	96		
14	Porteiro	Posto x Mês	48		
<b>Valor Global R\$</b>					
Valor Global (por extenso):					

Item	Descrição	Unid. de Medida	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor de Total R\$ (24 meses)
<b>Grupo 2: Estado do Paraná (exceto Unidades do Grupo 1)</b>					
15	Técnico em secretariado	Posto x Mês	844		
16	Recepcionista	Posto x Mês	1.091		
17	Auxiliar de escritório	Posto x Mês	165		
18	Contínuo	Posto x Mês	24		
19	Carregador	Posto x Mês	210		
20	Carregador	Hora x Mês	4.800		
21	Conferente	Posto x Mês	188		
22	Operador de empilhadeira	Posto x Mês	92		
23	Motorista – categoria E	Posto x Mês	132		
24	Motorista – categoria C	Posto x Mês	41		
25	Motorista – categoria E	Hora x Mês	2.400		
26	Copeira – 8 horas/dia	Posto x Mês	188		
27	Copeira – 4 horas/dia	Posto x Mês	72		
28	Porteiro	Posto x Mês	140		
<b>Valor Global R\$</b>					
Valor Global (por extenso):					

Item	Descrição	Unid. de Medida	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor de Total R\$ (24 meses)
<b>Grupo 3: Estado de Santa Catarina</b>					
29	Técnico em secretariado	Posto x Mês	350		
30	Recepcionista	Posto x Mês	1.168		
31	Auxiliar de escritório	Posto x Mês	210		
32	Contínuo	Posto x Mês	22		
33	Carregador	Posto x Mês	254		
34	Carregador	Hora x Mês	4.800		
35	Conferente	Posto x Mês	112		
36	Operador de empilhadeira	Posto x Mês	138		
37	Motorista – categoria E	Posto x Mês	202		
38	Motorista – categoria C	Posto x Mês	20		
39	Motorista – categoria E	Hora x Mês	2.400		

40	Copeira – 8 horas/dia	Posto x Mês	110		
41	Copeira – 4 horas/dia	Posto x Mês	24		
42	Porteiro	Posto x Mês	132		
<b>Valor Global Estimado R\$</b>					
Valor Global (por extenso):					

Fone/Fax: [REDACTED]

E-mail: [REDACTED]

Prazo de validade da proposta: [REDACTED]

Banco (cód): [REDACTED] Agência (cód): [REDACTED] Conta-corrente: [REDACTED]

Obs: os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação.

[REDACTED], [REDACTED] de [REDACTED] de 2021

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

**Edital - Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021**

**ANEXO III – Planilha de Custos e Formação de Preços (modelo)**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Processo nº	10905.720090/2020-71
B	Licitação nº	/2021
C	Data de apresentação da proposta	/ /2021
D	Local da prestação do serviço (cidade/Estado)	/
E	Prazo de execução contratual (meses)	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de Serviço	
Unidade de medida	Posto
Quantidade a contratar (unidade de medida)	

1. MÓDULOS: Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria	R\$ ,
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	- CNPJ Convenção Coletiva /
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	/ /
6	Carga horária a contratar (Horas/Mês)	
7	Valor do vale transporte	R\$ ,
8	Valor do vale alimentação	R\$ ,

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Valor R\$
A	Salário-Base		
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D			
E	Outros (especificar):		
<b>Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração</b>			

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		%	Valor R\$
<b>Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>			
A	13º Salário	8,33%	
B	Adicional de Férias (*1)	2,78%	
<b>Total do Submódulo 2.1</b>			

\*1 - Não constam férias neste submódulo, uma vez que, na ocorrência destas, se forem usufruídas, elas serão garantidas pela remuneração do mês (total do módulo 1), e se forem proporcionais ou indenizadas, elas serão garantidas pela verba acumulada, paga mensalmente a título de "Substituto na cobertura de férias - Remuneração" (Módulo 4 - item A1).

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições		%	Valor R\$
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	Seguro de Acidente do Trabalho - SAT (1%, 2% ou 3%)	. %	
D	SESI ou SESC	1,50%	
E	SENAI ou SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
<b>Total do Submódulo 2.2</b>		. %	

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			%	Valor R\$
A	Transporte	Cálculo: [(2xVTx21)-(6%xSB)]		
B	Auxílio Alimentação	Cálculo: [(VAX21dias)xdesc. no sal.]	Desc. No salário=	
C	Benefício de assistência ao trabalhador			
D	Benefício Social Familiar			
E	Adicional de Assiduidade			
F	Seguro de Vida			
G	Outros (especificar):			
Total do Submódulo 2.3				

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor R\$
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	
2.2	Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
<b>Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>		

<b>MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>		<b>%</b>	<b>Valor R\$</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	%	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	
D	Aviso Prévio Trabalhado	%	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	%	
F	Multa do FGTS e sobre o Aviso Prévio Trabalhado	%	
<b>Total do Módulo 3 - Provisão para Rescisão</b>			

<b>MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>		<b>%</b>	<b>Valor R\$</b>
<b>Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais</b>			
A	Substituto na cobertura de Férias	%	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	%	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	%	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	%	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	%	
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença	%	
<b>Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>			

<b>MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS</b>		<b>Valor R\$</b>
A	Uniformes	
B	Equipamentos	
C	Diárias	Valor equivalente a 1 (uma) diária (devido somente para os postos informados nos modelos de planilhas preenchidos)
D	Outros (especificar)	
<b>Total do Módulo 5 - Insumos Diversos</b>		

<b>MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS</b>		<b>%</b>	<b>Valor R\$</b>
A	Custos Indiretos (despesas administrativas e operacionais)		
B	Lucro		
Subtotal			
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais	PIS	%
		COFINS	%
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais:	/	ISS
<b>Total do Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos</b>			

TRIBUTOS (aplicar o percentual sobre o valor do faturamento)		
A	Percentual total dos Tributos / 100	
B	1 - A	
C	Custo antes da incidência dos tributos	
D	Valor do Posto/Mês (C / B)	
<b>Valor dos Tributos = (D – C)</b>		

2 - QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		Valor R\$
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B + C + D + E)		
F	Módulo 6-A - Custos Indiretos (despesas administrativas e operacionais)	
Subtotal (antes da incidência dos lucros)		
G	Módulo 6-B - Lucro	
Subtotal (antes da incidência dos tributos)		
H	Módulo 6-C - Tributos	
<b>Valor Total por Empregado / Mês</b>		

**Edital - Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO (modelo)**

Atestamos que a empresa [REDACTED] (nome da licitante) [REDACTED], CNPJ nº [REDACTED], com sede na [REDACTED] (endereço completo) [REDACTED], por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) [REDACTED] infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED], para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, **DECLARA** que:

- a) ☐ - dispõe de escritório em [REDACTED]; ou  
b) ☐ - instalará escritório em [REDACTED].

A afirmação desta declaração deverá ser comprovada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato.

[REDACTED]/PR, [REDACTED] de [REDACTED] de 2021

---

Representante do Licitante



**Edital - Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021****ANEXO V – Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública (modelo)**

Declaro que a empresa [REDACTED] (nome da licitante) [REDACTED], CNPJ nº [REDACTED], com sede na [REDACTED] (endereço completo) [REDACTED], possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos R\$ \_\_\_\_\_

[REDACTED], [REDACTED] de [REDACTED] de 2021

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal

**Observação:**

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, a licitante também deverá informar o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: \*Considerar o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

**Edital - Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021**

**ANEXO VI – Declaração de Ausência de Nepotismo - Licitante (modelo)**

\_\_\_\_ (nome da licitante) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, para os fins de classificação de sua proposta no Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, e no inciso IV do artigo 5º da Portaria ME nº 1.144, de 03/02/2021, **DECLARA** que não possui relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com agente público da Contratante que importe na prática de nepotismo.

Entende-se por agente público a pessoa natural que exerce cargo em comissão ou função de confiança na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal ou suas Unidades Jurisdicionadas, localizadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

DECLARO estar ciente das cominações legais (penais) as quais estou sujeito caso as informações prestadas nesta declaração não sejam verdadeiras.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

---

Assinatura do representante

Observação: **Esta declaração deverá ser anexada juntamente com os documentos de proposta.**

Edital - Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021

ANEXO VII – minuta do CONTRATO Nº /2021

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FIRMAM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª RF, E A EMPRESA**

A UNIÃO, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, CNPJ nº 00.394.460/0145-25, com sede na Rua Marechal Deodoro, 555 - 10º andar – Centro, Curitiba/PR, neste ato representada pelo Chefe da Dipol – Divisão de Programação e Logística, Sr. , matrícula nº , nomeado através da Portaria/RFB nº , de / /20 , doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa , inscrita no CNPJ sob nº , com sede na , em / , neste ato representada pelo Sr(a). , portador(a) da Carteira de Identidade nº , expedida pela / , e CPF nº , doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no e-Processo nº 10905.720090/2020-71 e em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 9.507/2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3.** Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unid. de Medida	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor de Total R\$ (24 meses)
Grupo :					

Valor Global Estimado R\$					

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de     /    /    2021 e encerramento em     /    /    2023, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$     ,     (    ), perfazendo o valor total de R\$     ,     (    ).

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**3.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 0001/170156 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal

Fonte de Recursos: 0150251030

PTRES: 171552

Elemento de Despesa: 3390.37-03 (porteiros); 3390.37-05 (copeiras); 3390.37-01 (demais postos)

Plano Interno: PIUAPOIO, PIUARMAZENA, PIUVIGILAN e OUTRCUSTEIO

**4.2.** Nos exercícios seguintes, as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

**5.1.** O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência – anexo do Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

**6.1.** As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**7.1.** Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** O modelo de execução dos serviços a serem executados pela Contratada, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela Contratante são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**9.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** As sanções relacionadas à execução do Contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

**11.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

**11.1.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

**11.1.2.** Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

**11.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à Contratada o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

**11.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/1993.

**11.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**11.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**11.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**11.4.3. Indenizações e multas.**

**11.5.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507/2018).

**11.6.** Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP nº 05/2017).

**11.7.** Até que a Contratada comprove o disposto no item anterior, a Contratante reterá:

**11.7.1.** A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela Contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

**11.7.2.** Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**11.8.** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**11.9.** O Contratante poderá ainda:

**11.9.1.** Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela Contratada, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

**11.9.2.** Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666/1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da Contratada decorrentes do contrato.

**11.10.** O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507/2018.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

**12.1.** É vedado à Contratada interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

**12.2.** É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8/07/2020.

**12.2.1.** A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18/05/2020.

**12.2.2.** A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5/2017, caso aplicáveis.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 5/2017.

**13.2.** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

**15.1.** Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/1993.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**



**16.1.** É eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Curitiba/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor que, depois de lido e achado em ordem, é assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Curitiba/PR, [redacted] de [redacted] 2021

Contratante: \_\_\_\_\_  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
DA 9ª REGIÃO FISCAL  
[redacted]  
– Chefe da Dipol –

Contratada: \_\_\_\_\_  
[redacted]  
representante  
– Cargo ou função –

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

Edital - Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021

**AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº [REDACTED]/201[REDACTED]**

[REDACTED] (identificação da Contratada) [REDACTED], CNPJ nº [REDACTED], por intermédio de seu representante legal, Sr(a). [REDACTED], portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED], **AUTORIZA** a SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão SRRF 09 nº 07/2021:

- 1) Que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 2) Que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa [REDACTED] (identificação da Contratada) [REDACTED] junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.
- 3) Que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

[REDACTED], [REDACTED] de [REDACTED] de 2021

[REDACTED]  
[REDACTED] (Representante da Contratada) [REDACTED]  
— [REDACTED] —

**Edital - Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021**

**ANEXO VIII – Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira (minuta)**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA [REDACTED], VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA [REDACTED], E ALTERAÇÕES POSTERIORES.**

A UNIÃO, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL**, CNPJ nº 00.394.460/0145-25, com sede na Rua Marechal Deodoro, 555 - 10º andar – Centro, Curitiba/PR, neste ato representada pelo Chefe da Dipol – Divisão de Programação e Logística, Sr. [REDACTED], matrícula nº [REDACTED], nomeado através da Portaria/RFB nº [REDACTED], de [REDACTED]/[REDACTED]/20[REDACTED], doravante denominada **CONTRATANTE**, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO**, e, de outro lado, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, [REDACTED], estabelecida [REDACTED], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [REDACTED], daqui por diante denominado(a) **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, neste ato, representado(a) pelo seu [REDACTED] (cargo), Senhor(a) [REDACTED], portador(a) da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela [REDACTED], e inscrito no CPF sob nº [REDACTED], têm justo e acordado o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES** – Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. **CLT**: Consolidação das Leis do Trabalho.
2. **Prestador de Serviços**: pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a **ADMINISTRAÇÃO**.
3. **Rubricas**: itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos

firmados pela ADMINISTRAÇÃO.

4. **Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação:** cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
5. **Usuários:** servidores da ADMINISTRAÇÃO e por ela formalmente indicados, com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
6. **Partícipes:** referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** – O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada Contrato será aberta uma Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços do Contrato.
2. A conta será aberta exclusivamente para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, pagos ao Prestador de Serviços dos Contratos e será denominada Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação.
3. A movimentação dos recursos na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação será providenciada exclusivamente à ordem da ADMINISTRAÇÃO.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FLUXO OPERACIONAL** – O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A ADMINISTRAÇÃO firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.
2. A ADMINISTRAÇÃO envia à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a ADMINISTRAÇÃO e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para abertura de Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação – em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a abertura de Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe arquivo transmitido pela ADMINISTRAÇÃO e abre Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no território nacional ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à ADMINISTRAÇÃO, contendo o número da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.
6. A ADMINISTRAÇÃO credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
7. A ADMINISTRAÇÃO solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.
8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração via meio eletrônico.
9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.
  - 9.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:
    - 9.1.1. O acesso da ADMINISTRAÇÃO às contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
    - 9.1.2. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*; e
    - 9.1.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste Instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES** – À ADMINISTRAÇÃO compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para amparar

a utilização de qualquer aplicativo;

2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação;
3. Remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Ofício, solicitando a abertura das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação;
4. Remeter Ofícios à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a movimentação de recursos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou movimentá-los por meio eletrônico;
5. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO possa ter acesso aos saldos e aos extratos da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, bem como solicitar movimentações financeiras;
6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação;
7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados;
11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento devido da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações;
12. Comunicar tempestivamente à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de



autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações;

13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento; e
14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** – À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO;
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário;
3. Informar à ADMINISTRAÇÃO quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício;
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação;
5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços;
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Instrumento; e
7. Informar à ADMINISTRAÇÃO os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS** – Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA** – O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO** – A publicação de extrato do presente Instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO até o 5º

(quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

**CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES** – Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO** – Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO** – Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária da Justiça Federal de Florianópolis/SC.

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ 2021

Administração:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_ da Receita Federal do Brasil em \_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
– Chefe da Dipol –

Instituição Financeira:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
– \_\_\_\_ –

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_



CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**Anexo I do Termo de Cooperação Técnica**

Ofício nº [ ]/[ ] - [ ]

[ ] de [ ] de 20[ ]

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

[ ] (nome) [ ]

[ ] (cargo/Gerente) [ ]

[ ] (endereço com CEP) [ ]

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº [ ]/[ ], firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº [ ]/[ ], firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:

CNPJ: [ ]

Razão Social: [ ]

Nome Personalizado: [ ]

Endereço: [ ]

Representante Legal: [ ]

CPF do Representante Legal: [ ]

Atenciosamente,

[ ] da Receita Federal do Brasil em [ ]

(assinatura do Ordenador de Despesas ou do servidor designado)

**Anexo II do Termo de Cooperação Técnica**

INSTITUIÇÃO  
FINANCEIRA  
(LOGOTIPO)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Senhor(a) \_\_\_\_\_,

Em atenção ao Ofício \_\_\_\_\_ informamos que o representante legal da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, deverá comparecer à agência \_\_\_\_\_ para assinar o contrato da abertura de Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

\_\_\_\_\_  
Gerente

Ao (A) Senhor (a)

\_\_\_\_\_ (nome do representante da Administração Pública) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (cargo) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_\_

**Anexo III do Termo de Cooperação Técnica**

INSTITUIÇÃO  
FINANCEIRA  
(LOGOTIPO)

Ofício nº [REDACTED]/[REDACTED]

[REDACTED], [REDACTED] de [REDACTED] de 20[REDACTED].

Senhor(a) [REDACTED],

Informamos abaixo os dados para abertura de Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação à empresa [REDACTED], CNPJ [REDACTED], na Agência [REDACTED], da Instituição Financeira [REDACTED], prefixo [REDACTED], destinada a receber os créditos ao amparo da IN nº [REDACTED] de [REDACTED]/[REDACTED]/[REDACTED], da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Agência: [REDACTED]

Conveniente Subordinante: Administração Pública Federal

Cidade/Município: [REDACTED]

Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio [REDACTED].

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº [REDACTED]/[REDACTED], qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
[REDACTED]  
Gerente

**Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica**

Ofício nº [ ]/[ ] - [ ]

[ ] de [ ] de 20[ ]

A(o) Senhor(a) Gerente

[ ] (nome do gerente) [ ]

[ ] (endereço da agência com CEP) [ ]

Senhor(a) Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ [ ], [ ] da conta nº [ ] da agência nº [ ] de titularidade de [ ] (nome do proponente) [ ], Inscrito no CNPJ sob o nº [ ], aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº [ ]/[ ], firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e CREDITAR na seguinte Conta:

Instituição Financeira	Agência	Conta	CPF /CNPJ

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
[ ] da Receita Federal do Brasil em [ ]

[ ]  
(assinatura do Ordenador de Despesas ou servidor designado)

**Anexo V do Termo de Cooperação Técnica**

INSTITUIÇÃO  
FINANCEIRA  
(LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº [REDACTED]/[REDACTED]

[REDACTED], [REDACTED] de [REDACTED] de 20[REDACTED].

Senhor(a) [REDACTED] (representante da Administração Pública Federal),

Em atenção ao seu Ofício nº [REDACTED]/20[REDACTED] - [REDACTED], de [REDACTED]/[REDACTED]/20[REDACTED], informo a efetivação de DÉBITO na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - de nº [REDACTED], da agência nº [REDACTED], da Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte Conta:

CREDITAR			
Instituição Financeira	Agência	Conta	CPF /CNPJ

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
[REDACTED]  
Gerente

**Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica**

**A U T O R I Z A Ç Ã O**

À Agência [REDACTED] do [REDACTED] (Instituição Financeira) [REDACTED]  
[REDACTED] (endereço da agência) [REDACTED]

Senhor(a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação nº [REDACTED], de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº [REDACTED]/[REDACTED], firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

[REDACTED], [REDACTED] de [REDACTED] de 20[REDACTED]

\_\_\_\_\_  
[REDACTED]  
[REDACTED]  
(assinatura do titular da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação)

**Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica**

Ofício nº /  -

,  de  de 20 .

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

CPF	Nome	Documento/Poderes

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
 da Receita Federal do Brasil em

(assinatura do Ordenador de Despesas ou servidor designado)



**Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica**

Ofício nº [REDACTED]/[REDACTED] - [REDACTED]

[REDACTED], [REDACTED] de [REDACTED] de 20[REDACTED].

A(o) Senhor(a)

[REDACTED] (nome do representante da contratada) [REDACTED]

[REDACTED] (endereço da contratada com CEP) [REDACTED]

Senhor(a) Sócio-Proprietário (Sócio-Gerente, ...),

1. Informamos que solicitamos a abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, pertencente ao CNPJ sob nº [REDACTED], na Agência nº [REDACTED], da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA [REDACTED], em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº [REDACTED]/[REDACTED], firmado entre essa empresa e esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
2. Na oportunidade, solicitamos **comparecer**, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no ato convocatório de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos da referida conta-depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação.
3. Informamos que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula [REDACTED] do mencionado contrato.

Atenciosamente,

[REDACTED] da Receita Federal do Brasil em [REDACTED]

(assinatura do Ordenador de Despesas ou servidor designado)

**Edital - Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 07/2021**

**ANEXO IX – Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União**

**ACORDO ENTRE O MPT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A  
AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO**

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra.

Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços à não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a



dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento da lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudo-cooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas".

#### **RESOLVEM**

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.



Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados.

Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

### **DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO**

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.



#### **DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

#### **DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE**

Cláusula Sexta – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juiz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terão eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

**GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES**  
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO**  
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

**MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO**  
Procurador-Geral da União

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO**  
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

---

**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**  
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados  
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

---

**PAULO SÉRGIO DOMINGUES**

Presidente da Associação dos Juízes Federais  
do Brasil – AJUFE

---

**REGINA BUTRUS**

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores  
do Trabalho – ANPT